

COMO EVITAR A CRISE

O governo reconhece que estamos em crise. E a mensagem transmitida pelos ministros aos governadores diz que a saída é um acordo que evite a inflação.

O País está seriamente ameaçado por uma reativação inflacionária e a alternativa para conter a crise é um entendimento entre empresários e trabalhadores, de tal forma que ambos aceitem regras de reajustes de preços e de salários razoáveis. Essa foi a mensagem que os ministros da área econômica transmitiram aos 22 governadores eleitos do PMDB, que com eles se reuniram, ontem, durante quatro horas, na comissão de finanças do senado, para examinar a situação da economia.

A reunião foi presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, e no final foi divulgada uma nota oficial da direção nacional do partido apoiando os esforços do governo para conter a crise, reiterando o apoio ao presidente Sarney mas colocando uma série de reivindicações programáticas. Como o combate à recessão, à inflação e uma posição mais dura na renegociação da dívida externa, inclusive com a suspensão temporária do pagamento e a definição de um percentual limite para remessa de recursos.

Por causa do tempo escasso, somente usaram da palavra os governadores eleitos Miguel Arraes, de Pernambuco; Hélio Gueiros, do Pará; Jerônimo Santana, de Rondônia; Newton Cardoso, de Minas Gerais; Tasso Jereissati, do Ceará; Henrique Santillo, de Goiás; Tarciso Buriti, da Paraíba; Pedro Ivo, de Santa Catarina; Carlo Bezerra, de Mato Grosso; e Moreira Franco, do Rio de Janeiro.

Reunião secreta

Antes da abertura da reunião houve um incidente entre os agentes de segurança do Senado e os jornalistas, motivado pela decisão daqueles de dificultar o trabalho dos fotógrafos. Por sugestão do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, a reunião, que seria aberta aos jornalistas, foi considerada secreta, e os repórteres convidados a se retirar, permanecendo apenas os assessores dos ministros e dos governadores presentes.

A reunião foi aberta com um pronunciamento do ministro da Indústria e do Comércio, Castelo Branco, que fez uma rápida exposição das realizações do seu ministério, anunciando, para o próximo dia 21, a assinatura, pelo presidente da República, do plano de saneamento financeiro da Siderbras, indicando que o programa de investimentos do setor contempla um aumento da produção de aço, até o ano 2.000, para 53 milhões de toneladas.



Funaro, Sayad, Pazzianotto e Castello na reunião com os governadores.



O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, falou em seguida, abordando a questão do endividamento dos estados e mostrando que a receita do ICM, no ano passado, de Cr\$ 210 bilhões, cresceu 45% em termos reais, enquanto as transferências à conta do Fundo de Participação dos Estados tiveram um acréscimo real de 80% o ano passado, com mais Cr\$ 25 bilhões.

Funaro mencionou em seguida o esforço para conter a inflação, garantindo que todos os órgãos do governo, inclusive a Caixa, Banco do Brasil e BNDES vão atuar no sentido de induzir os empresários a não aumentarem seus preços de forma especulativa.

Abordando a questão da dívida externa, revelou que a única concessão que o Brasil fez ao FMI foi permitir que a exceção da

visita a cada 18 meses, prevista na cláusula IV do acordo constitutivo da instituição, não fosse aplicada ao Brasil, mantendo-se, portanto, a visita anual. Destacou o interesse de discutir com o Clube de Paris, a partir da próxima segunda-feira, também o principal e os juros que vencerão este ano, e disse que haverá um esforço para a obtenção de recursos novos. Reiterou que "o problema não é romper, mas negociar".

Funaro no final falou sobre os juros, anunciando as medidas de controle adotadas ontem pelo Banco Central, inclusive em relação às mudanças na tributação do mercado financeiro. Disse que haverá gestões junto aos bancos para que passem a cobrar os spreads que praticavam em março e abril do ano passado, afirmando a intenção do governo de eliminar as operações prefixa-

das com títulos privados, no seu entender uma das causas da especulação inflacionária.

Sayad critica medidas

Falando em seguida, o ministro do Planejamento, João Sayad, fez um histórico da crise, criticou as medidas adotadas em julho do ano passado — empréstimos compulsórios sobre os automóveis e a gasolina — por serem ineficazes, assim como as decisões tomadas em 21 de novembro do ano passado, no âmbito do Cruzado II, as quais, no seu entender, não foram bem recebidas pela opinião pública e ajudaram a exacerbar as expectativas inflacionárias.

Admitiu o ministro do Planejamento que o País corre um sério risco de nova

explosão inflacionária, com a disputa preços-salários-juros, indicando que fora de um acordo com empresários e líderes sindicais não há alternativa para conter o processo inflacionário, apelando para os governadores para que mobilizem seu capital político, obtido nas urnas, em favor desse acordo.

Sayad admitiu que tal acordo é difícil, pois tanto os empresários estão ansiosos em repor as margens perdidas com o congelamento como os trabalhadores desejam ampliar seus ganhos salariais obtidos nos dois últimos anos. No entanto, acrescentou, o governo tem o dever de tentar esse acordo e esclarecer aos dois segmentos que ambos têm de acreditar que é essencial reduzir a inflação para evitar a volta ao passado.

Pazzianotto defende "gatilho"

Em sua exposição, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, também historiou a crise e fez uma defesa do gatilho salarial, afirmado que ele não provocou a inflação, até porque ainda não foi sequer utilizado. Segundo o ministro, se houver outra forma de garantir a reposição integral das perdas salariais dos trabalhadores, decorrentes da erosão inflacionária, não se negará a discutir essa alternativa.

No decorrer dos debates, os governadores revelaram preocupação com a situação salarial, porém não defenderam ostensivamente nem o gatilho nem sua eliminação, limitando-se a considerar indispensável a garantia do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pediu que o governo identifique claramente quem está ganhando com a crise para que o PMDB possa enfrentá-los.

Os governadores eleitos Tarciso Buriti, da Bahia, e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, pediram que o governo apresente uma proposta concreta para negociar com empregadores e empregados, mas o ministro João Sayad disse que o negociador, ministro Almir Pazzianotto, não vai apresentar-se com uma proposta fechada, preferindo ouvir seus interlocutores.

O governador eleito de Minas, Newton Cardoso, apresentou uma proposta para uma reforma tributária de emergência, pedindo o apoio dos ministros da Fazenda e do Planejamento e deles recebendo a promessa de estudar o assunto. Essa reforma, segundo o governador mineiro, poderá ser votada ainda este ano pelo Congresso.

Milano Lopes, AE-Brasília.